

## **Atravessando fronteiras: os desafios de uma pesquisa transdisciplinar em violência**

*Carmen Silveira de Oliveira (UNISINOS-RS) [carmenoliveira@terra.com.br](mailto:carmenoliveira@terra.com.br)*

*Maria Palma Wolff (UNISINOS-RS) [palma@tutopia.com.br](mailto:palma@tutopia.com.br)*

*Marta Conte (UNISINOS-RS) [martacon@portoweb.com.br](mailto:martacon@portoweb.com.br)*

*Ronaldo Henn (UNISINOS\_RS) [rohenn@uol.com.br](mailto:rohenn@uol.com.br)*

O trabalho apresenta o processo transdisciplinar da pesquisa “Criminalidade e espaço urbano: as transversalidades da violência”, desenvolvida em 2003-2005. Ao problematizar os indicadores de violência no Vale do Rio dos Sinos, na região metropolitana de Porto Alegre, o projeto buscou subsidiar os gestores públicos e as comunidades na implementação de direitos. Reunindo diferentes áreas do conhecimento – Comunicação, Psicologia, Saúde Coletiva e Serviço Social, a investigação realizada no sistema penitenciário articulou 5 focos temáticos: mídia nos presídios, drogas, juvenilização da criminalidade, violência de gênero e controle social. Em primeiro plano, explicitamos os princípios que fundamentaram o grupo em sua perspectiva transdisciplinar e discutimos a complexidade do objeto de pesquisa e a sistemática de trabalho adotada. A seguir, analisamos o percurso da equipe e a pertinência da pesquisa transdisciplinar no atual contexto acadêmico.

Palavras-chave: Violência, Prisão, Transdisciplinariedade

Em sintonia com o redirecionamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos no sentido de contemplar a transdisciplinariedade como um de seus eixos estratégicos, foi constituído um grupo transdisciplinar de pesquisa tendo a violência como foco de investigação. Buscou-se agregar professores de diferentes áreas de conhecimento – Comunicação, Psicologia, Saúde Coletiva e Serviço Social e que já vinham construindo uma trajetória acadêmica e extra-universitária em torno deste tema. No primeiro projeto, “*Criminalidade e espaço urbano: as transversalidades da violência*”, desenvolvido em 2003-2005, foram problematizados os indicadores de violência na região, tomando o sistema penitenciário como campo de análise em 5 focos temáticos: mídia nos presídios, drogas, juvenilização da criminalidade, violência de gênero, prisão e controle social. O segundo projeto em desenvolvimento, “*Criminalidade e (trans)mutações na cidade*”, investiga as repercussões da violência no espaço social, destacando as formas de enfrentamento através da gestão pública, de iniciativas comunitárias ou individualizantes.

Desde o início, vários desafios se colocaram ao grupo de pesquisadores, a começar pela premissa de que a transdisciplinaridade evoca a adoção de uma postura científica que exige permanente estado de construção (DOMINGUES, 2001). Não existe uma fórmula transdisciplinar, nem mesmo um método específico que possa ser aplicado a qualquer experiência. Se a transdisciplinaridade tem como pressuposto não apenas a interlocução entre disciplinas distintas mas, sobretudo, um atravessamento entre elas, uma pesquisa que adota esta rubrica precisa construir possibilidades metodológicas em que o coletivo ganhe protagonismo.

Desta forma, partimos da idéia de que o método a ser empregado em nosso primeiro projeto resultaria daquilo que o conjunto de pesquisadores fosse capaz de construir coletivamente na investigação. Uma articulação que dependeria das demandas de cada membro da equipe, dos lugares epistemológicos de origem e seus necessários deslocamentos, bem como da complexidade dos temas e dos problemas que eles suscitam.

Outra provocação dizia respeito à busca do rigor, na medida em que a natureza aberta e dinâmica do processo transdisciplinar, como a de qualquer sistema desta envergadura, acelera uma certa propensão ao caos. Sua emergência, contudo, não quer dizer que a pesquisa deva transcorrer em uma vagueza excessiva, sem qualquer controle e à deriva em um mar de totais incertezas. O caos, como dispositivo da complexidade, é, ele mesmo, estruturante da organização a exigir esforço redobrado de articulação das diferenças (VIEIRA, 1996). Eis, portanto, o coração de outro desafio transdisciplinar: buscar os nexos das complexidades inerentes aos sistemas investigados e dar conta da complexificação do sistema que vai sendo criado nesta processualidade.

Interagir com o outro e assegurar rigor científico diante das demandas complexas dos objetos construídos não se constituíram em tarefas fáceis a este grupo de pesquisa. Ao contrário, foram árduas e, por isso mesmo, profundamente instigantes. Como trabalhar com objetos complexos de investigação? Quais dispositivos podem ser utilizados como atratores organizacionais quando se busca constituir práticas transdisciplinares de investigação?

### **A violência como objeto complexo de investigação**

Em primeiro lugar, é razoável afirmar a pertinência de uma abordagem transdisciplinar em pesquisa quando se tem a violência como problema, uma vez que estamos diante de um objeto complexo de investigação. “A violência não é uma, é múltipla”, afirma Minayo (2003). Ela pode ser considerada como multifacetada, na medida em que são várias as formas como se expressa o comportamento violento: a violência do Estado, a criminalidade, as discriminações raciais ou a violação dos direitos de crianças e adolescentes, etc. Também são várias as suas modulações, diferentes seus atores e diversas as formas onde ela se manifesta, seja em nível interpessoal, familiar ou institucional, seja nos pequenos grupos, nas grandes metrópoles ou entre nações.

Além disto, trata-se de uma violência difusa (TAVARES DOS SANTOS, 1999), que se expande diante das novas questões mundiais, como o aumento dos processos de exclusão social e que determinam o crescimento das práticas de violência como norma ou estratégia de resolução de conflitos. Em tal contexto, as manifestações violentas no cenário urbano contemporâneo passam a ser consumidas como produto mediático, contribuindo para a formulação de suas diversas representações sociais, além de sua dramatização e espetacularização (RONDELLI, 2002).

Por outro lado, se consolida a idéia de que não se pode estudar a violência fora do contexto que a gera, porque ela será tolerada ou condenada, de acordo com geografias, épocas e circunstâncias específicas (MARIN, 2002). Como esta decisão decorre de uma apreciação social, não raramente conceitos científicos e do senso comum se aproximam, sedimentando perspectivas parciais, em especial porque esta temática suscita posições extremas de passionalidade ou horror.

Hoje seria reducionista supor que o crime representa um mero enfrentamento simbólico entre o infrator e a lei e que, portanto, o delito interessa somente à polícia, ao Judiciário e à administração penitenciária. Ao contrário, a criminalidade vem se constituindo em tema de maior interesse comunitário, que ganha visibilidade nas mídias e no imaginário social, e produz modos de subjetivação. Com isto, uma possível vantagem é de que o tema saia do âmbito policial, “seu nicho tradicional de tratamento”, para ganhar o cenário público; mas, por outro lado, a violência tem sido pautada como “produção autônoma” de determinados atores, desvinculada de questões sociais pelo “caráter infrapolítico ou apolítico” (MINAYO, 2003).

Desta forma, a criminalidade é um desses temas que escapam da trajetória da ciência moderna, ou seja, da tendência à especialização, através da qual o recorte de um objeto definido permitiria a emergência de uma disciplina específica e autônoma. Enquanto tema que não pode ser

abordado em termos de causa-efeito mas, ao contrário, trata-se de sistema hipercomplexo que não se circunscreve a um discurso definido, a violência vem gerando uma produção de conhecimentos com características fragmentadas, o que torna sua teorização delicada e paradoxal: identificar constantes que se exprimem, na maioria das vezes, na instabilidade e na multiplicidade dos desacordos (MAFFESOLI, 1987).

### **Instrumentos de pesquisa e prática transdisciplinar**

Isto posto, que atratores organizacionais utilizar em um grupo de pesquisa quando se toma a violência enquanto objeto complexo de investigação? Trata-se de uma questão ainda mais relevante no percurso aqui analisado uma vez que este empreendimento foi a primeira experiência conjunta dos pesquisadores. Estes já tinham alguma inserção na temática, mas com abordagens circunscritas às áreas de conhecimento de origem. Contudo, havia, desde o início, algumas identificações tanto sobre o tema como sobre a forma de abordá-lo. Os pontos conceituais compartilhados foram a visão da complexidade - pela compreensão das multidimensões que o objeto, pela sua própria natureza articula - e a sensibilidade dos pesquisadores em relação ao tema.

Estas afinidades, que foram imperiosas na efetivação da pesquisa, não dispensaram o grupo de empreender grande esforço de mobilização na concepção coletiva dos focos nos quais o projeto subdividiu-se. Tal iniciativa passou pela seleção de temas emergentes em torno da criminalidade, priorizando o sistema penitenciário na atualidade, o que significou a delimitação de tópicos que, em muitos casos, transcenderam os interesses mais imediatos de cada pesquisador. Os temas impuseram-se e a própria delimitação dos focos foi resultado de um trabalho coletivo.

Iniciamos a saída a campo pelo contato com a equipe técnica dos presídios do Vale dos Sinos e o mapeamento das possibilidades de inserções nas instituições prisionais. Conhecemos as demandas da equipe, na manifestação de uma série de carências, entre elas a precariedade do atendimento técnico-jurídico e a falta de espaço de reflexão para o trabalho cotidiano com os apenados. Por conta disso, algumas ações acadêmicas foram promovidas, como foi o caso dos três cursos de extensão e as duas disciplinas oferecidas em Programas de Pós-Graduação na Universidade. Nestas atividades, além do aproveitamento da formação de cada pesquisador no atendimento das solicitações que vinham destes trabalhadores, o próprio grupo foi agenciado a sistematizar os conhecimentos prévios dos seus integrantes e os elos conectivos que fizessem fluir a transdisciplinaridade, através da seleção ativa de operadores cognitivos e a invenção progressiva de um plano conceitual heterogêneo.

Outra estratégia criada no sentido de contemplar a construção coletiva foi não trabalhar com um cronograma pensado de forma linear ou sequencial. Propomos cinco movimentos, entendidos como planos possíveis de serem evocados em qualquer etapa, conforme o processo vivido pelo grupo: ajuste dos focos da equipe, conexão às redes de informação, aproximação à realidade estudada, análise e interpretação de dados, transferência dos resultados.

O processo de construção dos instrumentos, como foi o caso do grupo de discussão realizado com presidiários, teve especial repercussão nesta prática transdisciplinar. Por suas características metodológicas, ou seja, ser um instrumento qualitativo, aberto, dirigido por diferentes atores com distintas interações (IBÁÑEZ 1992, p. 263), esta modalidade grupal possibilitou transversalidades em sua análise e favoreceu a aproximação na abordagem da complexidade do objeto estudado.

O mesmo autor define três etapas para a organização do grupo de discussão: seleção de participantes, esquema de atuação e interpretação e análise. Quanto à seleção de participantes, a opção por aplicar este instrumento com apenados, foi pelo entendimento de que estes representam

as diversas faces da violência: ao mesmo tempo violados e violadores, infratores de direitos e vítimas de descumprimento de direitos. Definiu-se a participação de presos do regime semi-aberto e aberto, em razão da possibilidade de deslocamento dos mesmos e da possibilidade de permanecerem sem escolta de agentes penitenciários durante a realização desta atividade. Entendia-se que a realização do grupo no presídio geraria muitas limitações, inviabilizando mesmo a autonomia necessária para o sucesso da aplicação deste instrumento de pesquisa.

Além do grupo de discussão foram utilizados outros procedimentos conjuntos de coleta de dados, como entrevistas semi-estruturadas (com equipes dos presídios regionais, instâncias comunitárias e apenados), grupos com familiares, levantamento de dados secundários junto ao sistema penitenciário e de indicadores sociais sobre o Vale do Rio dos Sinos.

Na aplicação dos instrumentos e na análise dos dados, chegou-se à proposição de categorias, que possibilitaram o trânsito entre as áreas de conhecimentos: 1) Prisão: condições de cumprimento da pena, justiça, códigos internos e família. 2) Processos de inclusão/exclusão: consumo, mídia, preconceito e ressignificação. 3) Drogas: controle carcerário, função social e dependência. 4) Políticas públicas: trabalho, acesso às políticas sociais e políticas governamentais.

Esta categorização representou o movimento contínuo realizado pelos pesquisadores de passagem do espaço empírico - constituído pelos enunciados do discurso e outras expressões do grupo - ao espaço teórico. Tal deslocamento foi facilitado pelos diferentes acúmulos oriundos das disciplinas e daqueles já construídos pelo processo de trabalho da equipe, na medida em que a proposta de compartilhamento permitiu que cada um fosse colocando as formulações teóricas do seu campo, ao mesmo tempo em que se apropriava de outros saberes através da exposição das trajetórias discursivas individuais em um espaço transversalizado.

### **A alteridade e o tempo no percurso da equipe**

Por fim, cabe explicitar alguns aspectos do campo grupal na construção desta prática transdisciplinar. Se, como afirma Serres (2000), “não existe aprendizagem sem exposição, muitas vezes perigosa, ao outro”, no caso de um empreendimento transdisciplinar isto parece ainda mais evidente porque, de um modo geral, o percurso acadêmico oferece poucos estímulos para que se abandone o ninho disciplinar. Ao contrário, em algumas áreas sequer a proximidade de campos teóricos distintos é estimulada, pela divisão de professores e alunos em escolas, onde as teorias são vistas como ilhas isoladas, o que mal e mal esconde um pressuposto quase religioso de conversão. Por outro lado, os pesquisadores vinham de uma experiência predominante de participação em projetos individuais de pesquisa, o que favorece um ritmo determinado, quase que exclusivamente, pelos deslocamentos que cada um imprime em seu trabalho. Portanto, destacam-se aqui dois agenciamentos que atravessaram os processos grupais desta equipe e exigiram problematizações constantes: as relações com a alteridade e com o tempo.

De um lado, tivemos o desafio de transitar por vários autores e conceitos, não sem dificuldades, devido a estranhezas de ordem epistemológica e pela própria disruptura suscitada por esta vizinhança. Como se desfazer sem pena da peça disciplinar ainda ontem tecida? O que fazer com os fios que se desprendiam a todo momento? Diante deste embaralhamento de códigos, como fugir da tentação de propor centros de significação ou de operar uma re-hierarquização conceitual?

A nosso favor nesta empreitada, tivemos o fato de sermos pesquisadores familiarizados com métodos qualitativos, mas isto não se mostrou suficiente, em especial porque a abertura ao esforço de significação que vinha do outro exigia atualizações de nosso próprio espaço mental. O paradoxo daí decorrente é de que o trabalho em equipe implicou, em certa medida, em uma

solidão. Esta interlocução, muitas vezes, tornava cada um de nós “gago de sua própria linguagem”, ou seja, “estrangeiro em sua própria língua” (DELEUZE, 1998). Sendo assim, fez-se necessário que o pesquisador, em primeiro lugar, fosse capaz de deslocar-se de seu eixo teórico para agregar novos conceitos de diferentes campos e com isto passar a escutar e olhar o objeto de pesquisa de forma problematizadora, complexa e ampliada.

Por outro lado, o que assegurou a interlocução em grupo foi mais uma questão de contágio do que de filiação. Assim, no percurso vivido, chama a atenção o fato de que não se garantiu a constituição de um grupo pela regularidade espaço-temporal ou pelo fortalecimento de uma certa referência identitária, fechada sobre nós mesmos. Nos termos deleuzianos, o “escritório de produção” se pautou por um certo nomadismo: cada um cuidando de suas coisas, encontrando inúmeros outros, formando blocos móveis difíceis de serem circunscritos (as conexões com a graduação, programas de extensão, movimentos sociais, ONGs, operadores dos sistemas de saúde, penal e socioeducativo, etc). Ao final de um ano de pesquisa, a produção grupal não se pautou apenas por aquilo que se fez juntos, mas ao que remeteu a outras pessoas, a novos encontros. Logo, o que foi produzido não pode ser circunscrito apenas ao que se passou entre os pesquisadores ou no debate de especialistas entre si, mas o que se multiplicou pelos lados, como focos imprevisíveis de criação. Mais do que um grupo, fomos organizando redes, tanto redes de relações, quanto a experimentação do conhecimento como uma rede.

Desde esta perspectiva, pode-se problematizar também a questão do ritmo. É óbvio que não se pode ter o mesmo ritmo em uma produção coletiva, uma vez que não se compreende as coisas do mesmo modo e na mesma velocidade. Várias línguas conceituais, diversos estilos, agendas diferenciadas concorreram para uma marcação irregular de tempo, composta de um vai-e-vem extenuante, que exigiu desacelerações para uma maior acuidade e processamento das nuances que emergiram no campo grupal. Embora previsíveis, foi inevitável que a equipe sentisse desconforto diante dos desperdícios, da dispersão e dos resíduos no processo de pesquisa. Sendo assim, salienta-se a necessidade de que em um projeto transdisciplinar não se deva desvalorizar o espaço para uma “química psicológica”, enquanto tempo de ensaios e experimentação.

Muito embora a convivência com a incerteza seja própria dos processos de investigação, algumas particularidades foram evidenciadas. Em primeiro lugar, pelas expectativas do grupo e da própria Universidade quanto aos resultados deste empreendimento, uma das primeiras experiências formalizadas de acordo com a recente reconfiguração estratégica. Em segundo lugar, destaca-se o fato de que a violência como objeto de pesquisa também produz desassossegos peculiares. No caso da criminalidade, é inquestionável que o tema mobiliza em todos nós, pesquisadores ou não, sentimentos de impotência, ressentimento e esgotamento. Assim, como escrever quando os pesquisadores se visualizam em “estado de emergência” (SANTOS, 1989), diante dos sucessivos fatos de violência no espaço urbano e as crescentes estatísticas, particularmente na região estudada, que não pararam de acosar os pesquisadores, exigir respostas, mas também de colocar o grupo à deriva? E, ao mesmo tempo, como escrever sem pressa, com o devido olhar contemplativo e hesitante que a complexidade do tema exige?

Em síntese, estes movimentos grupais em torno da alteridade e do tempo ressignificaram um aspecto fundamental da transdisciplinaridade: tal qual um caminho num espaço não explorado, constata-se que este tipo de pesquisa comporta sempre um elevado grau de errância, com riscos de engano ou desorientação, o que exige dos pesquisadores exercícios contínuos de flexibilidade e tolerância à hesitação e, em especial, a construção de uma cumplicidade mínima enquanto grupo de trabalho, cujo salto qualitativo se sustenta pela sua inquietude.

## Referências Bibliográficas:

1. DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta. 1998. 179 pgs.
2. DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG/IEAT. 2001.
3. IBANEZ, Jesús. *Más allá de la sociología. El grupo de discusión: Técnica y crítica*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1992.
4. MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da Violência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1987. 159 pgs.
5. MARIN, Isabel da Silva Kahn. *Violências*. São Paulo: Escuta/FAPESP. 2002. 202 pgs.
6. MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org). *Violência sob o Olhar da Saúde*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003. 282 pgs.
7. RONDELLI, Elisabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco. 2000. 340 pgs.
8. SERRES, Michel. *O terceiro instruído*. Lisboa: Instituto Piaget. 2000. 158 pgs.
9. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: HUCITEC. 1999. 570 pgs.
10. VIEIRA, J. “Caos e Semiótica”, Revista *Face* . São Paulo. V.5, n.º 1. p. 62-68. jan/jul 1996.